TL 2172

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

Sua Excelência o Senhor
Primeiro Ministro Cavaco Silva
e
Sua Excelência o Senhor
Ministro da Defesa Nacional
Figueiredo Lopes

com conhecimento a:

Presidente da República
Presidente da Assembleia da República
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Comissão de Defesa da A.R.
Comissão Eventual da A.R. para Timor

Resistência Timorense:
Xanana Gusmão
José Ramos-Horta
João Carrascalão
José Luís Guterres
Roque Rodrigues

Porto, 12 de Agosto de 1995

Excelências,

Ao ver "O Independente" de 11 de Agosto de 1995, a minha perplexidade foi tanta que não queria acreditar no que os olhos liam. A R.T.P. e outros órgãos de comunicação social, no entanto, depressa se encarregaram de confirmar a notícia: em livro editado pelo Ministério da Defesa Nacional, com prefácio do próprio Ministro, a luta do Povo Timor Leste contra a ocupação indonésia e pelo seu direito à auto-determinação, é classificada como "terrorismo separatista".

Como cidadão do Mundo, não posso aceitar essa designação, que vai contra o direito internacional e contra as resoluções da ONU segundo as quais Timor Leste é um território não autónomo, de que Portugal continua a ser a legítima Potência Administrante, ocupado por uma potência estrangeira, - a Indonésia -, que tem impedido o exercício do seu legítimo e inalienável direito à auto-determinação.

Chamar de "separatista" a um movimento que visa pôr termo à ocupação por uma potência estrangeira, é admitir que o território está legitimamente integrado, o que é a negação completa do direito internacional e da posição portuguesa em relação ao problema.

Chamar de "terrorista" a essa luta, é inverter completamente a realidade, já que são as forças de ocupação indonésias que, desde há perto de vinte anos, aterrorizam a população de Timor Leste, provocando um autêntico genocídio físico e cultural e desrespeitando os mais elementares direitos humanos.

Como português, não posso deixar de repudiar totalmente a expressão utilizada e de manifestar a minha mais profunda preocupação pelo facto de o departamento do Governo que tem por obrigação a defesa nacional - não só em sentido estrito mas também em sentido lato e em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e todo o Governo - ser exactamente aquele que, pela sua actuação, mais contribuiu para dar força aos argumentos do único inimigo com quem Portugal está em litígio.

Ao fazê-lo o Ministério da Defesa Nacional atraiçoa, da pior forma, todo o sentido da política portuguesa em relação a Timor Leste, e dá trunfos aos inimigos de Portugal no sentido de tornar aceitável o que alguns desejariam que fosse um "facto consumado" e de inviabilizar a criação de condições para uma genuína auto-determinação do Povo do território, como é obrigação de Portugal, de acordo com o direito internacional e com o próprio texto da Constituição da Republica Portuguesa.

Ao fazê-lo atraiçoa a luta diplomática que desde o início, e, sobretudo nos últimos anos, tem sido travada por Portugal no sentido de ser posto fim à ilegítima e brutal ocupação indonésia de Timor Leste e de serem dados passos com vista à criação de condições para a auto-determinação do seu povo.

Ao fazê-lo dá sinais de um inadmissível divórcio relativamente aos sentimentos mais profundos do Povo Português, cujo apoio à justa e heróica luta do Povo Timorense tem sido tão claramente expresso e de forma tão generalizada que todas as resoluções da Assembleia da República sobre Timor Leste recolheram o consenso unânime de todas as bancadas do Parlamento sem uma única excepção.

Ao fazê-lo fere a dignidade dos sentimentos não só dos portugueses mas sobretudo do Povo Timorense e da sua heróica Resistência, que deveriam encontrar em todo o Governo e nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional, o maior apoio possível. De facto a Resistência, que o referido livro chama de "terrorista" não faz mais do que substituir Portugal na obrigação que a este e ao seu Ministério competia cumprir, que era defender a integridade do território e do Povo de Timor Leste até ao termo da descolonização e efectiva auto-determinação.

Nestas circunstâncias, e como português, sinto-me na obrigação de escrever a Vossas Excelências, no sentido de manifestar o meu total repúdio pelos termos utilizados e expressar, com muita mágoa, a minha opinião de que, perante a gravidade do facto e dado o uso que já começou a ser feito pela Indonésia da referida publicação, a fim de salvaguardar a dignidade nacional e de retirar o impacto negativo da obra do Ministério da Defesa Nacional face a tão importante e dramático problema:

1. Deverão o Ministério da Defesa Nacional e o Governo pedir desculpas formais à Resistência e ao Povo Timorense e também ao Povo Português pela expressão utilizada para caracterizar a situação em Timor Leste e retirar imediatamente de circulação o livro em causa.

2. Deverá o Ministro da Defesa Nacional pedir a demissão do cargo em nome da dignidade nacional e da credibilidade da política portuguesa, não só de defesa nacional mas também de contribuição para a Justiça, a Paz e o respeito pelo Direito Internacional.

3. Se há coerência na política do Governo - que tem no Dr. Durão Barroso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros que, de longe, melhor tem defendido os direitos dos timorenses e a dignidade nacional, na luta que de forma paciente, inteligente, coerente e determinada tem conduzido no plano internacional com vista á criação de condições para uma genuína auto-determinação do Povo de Timor Leste - espero que esse pedido de demissão seja aceite, sob pena de ficar gravemente afectada a credibilidade do Governo Português.

4. Finalmente, julgo ser mais do que oportuno e absolutamente necessário reforçar, de forma significativa, o apoio que ao longo de duas décadas tem faltado e que Portugal tem o indeclinável dever de conceder à Resistência Timorense, em todas as suas múltiplas componentes, por forma a tornar claro, perante o Povo e a Resistência Timorense, e perante o próprio Povo Português, que a expressão utilizada não passou de um erro infeliz, não correspondendo a uma política deliberada de abandono do Governo em relação a Timor Leste.

Julgamos que só o conjunto destas quatro medidas permitirá voltar a dar ao Governo a credibilidade nacional e internacional perdida, e salvaguardar a dignidade e os mais elevados valores nacionais.

Com os mais respeitosos cumprimentos.

António Pinto Barbedo de Magalhães
Professor Catedrático
Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto